



**Público**

21-01-2020

**Periodicidade:** Diário  
**Classe:** Informação Geral  
**Âmbito:** Nacional  
**Tiragem:** 31885

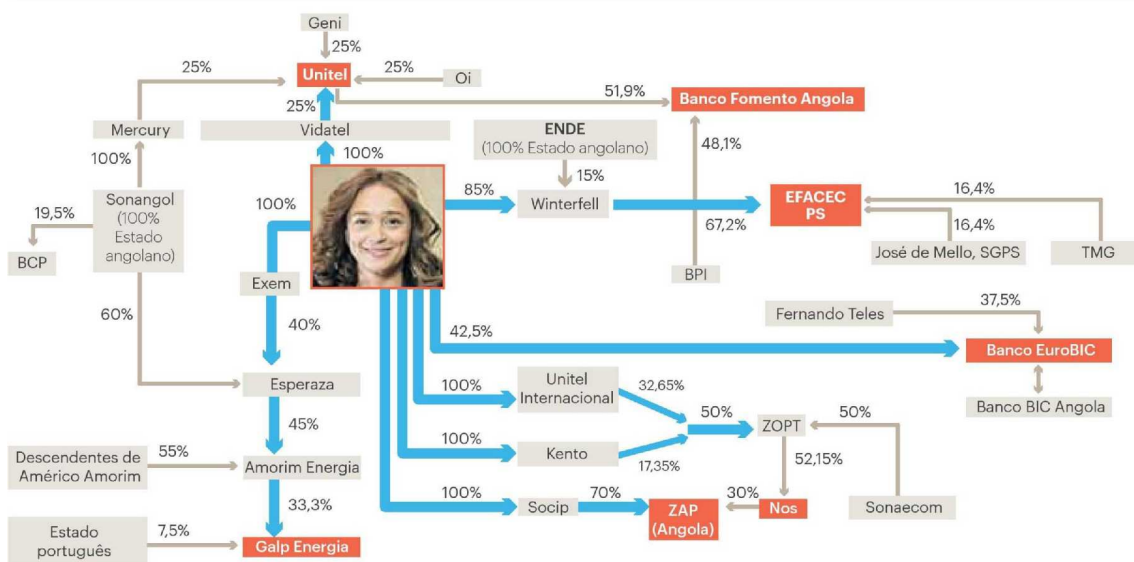
**Temática:** Política  
**Dimensão:** 6308 cm<sup>2</sup>  
**Imagem:** S/Cor  
**Página (s):** 1/2 a 7

**Isabel dos Santos**  
**Cerco aperta**  
**nos negócios,**  
**justiça portuguesa**  
**não abre inquérito**  
**Destaque, 2 a 7**  
**e Editorial**



# LUANDA LEAKS

## O cruzamento de interesses de Isabel dos Santos com Portugal



Fonte: Empresas/PÚBLICO



# Ondas de choque atingem banco Eurobic e preocupam Sonae

Após revelações que incluem a transferência de dinheiros da Sonangol, o Eurobic cortou “relações comerciais” com a sua accionista e BpD averigua. Sonae mostra-se apreensiva

### Ana Brito e Luís Villalobos

**M**enos de 24 horas depois de terem sido divulgados documentos entre os quais constavam operações que permitiram transferir cerca de 100 milhões de dólares da Sonangol para uma *offshore* no Dubai ligada a Isabel dos Santos, a Matter, chegaram as ondas de choque: o Eurobic tenta demarcar-se e avança com uma auditoria, o Banco de Portugal diz estar em acção, a PwC afasta-se e a Sonae mostra-se preocupada. Em silêncio esteve a Efacec (detida maioritariamente por Isabel dos Santos) e a Galp (onde está presente de forma indirecta em associação com a Sonangol na Amorim Energia) afirmou apenas que não comenta “matérias externas em nada relacionadas com a sua actividade”.

Quem mais se destacou foi o banco Eurobic, ao reconhecer que as relações com a empresária angolana podem ser tóxicas. As revelações feitas pelo *Expresso* e pela SIC, no âmbito de uma investigação realizada por um conjunto de *media* internacionais

aos negócios da filha do ex-presidente de Angola (que receberam os documentos por via da PPLAAF, uma plataforma de protecção de denunciantes em África com sede em Paris), colocaram o banco no centro da polémica. Isto porque demonstraram que foi desta instituição, da qual Isabel dos Santos é o maior accionista, que saíram 57,4 milhões de euros de uma conta da Sonangol – deixando apenas um saldo negativo – para a Matter Business Solutions. Isto na altura em que abandonava o cargo de presidente da petrolífera estatal angolana.

Ao final da tarde de ontem, a instituição liderada pelo ex-ministro das Finanças Fernando Teixeira dos Santos veio anunciar o corte da “relação comercial” com “entidades controladas” por Isabel dos Santos e “pessoas estreitamente relacionadas” com ela. O motivo? O banco justifica com a “percepção pública” de que “possa não cumprir integralmente as suas obrigações pelo facto de a eng.ª Isabel dos Santos ser um dos seus accionistas de referência”.

Quanto às operações polémicas, a instituição garante que todos os procedimentos legais foram seguidos,





**O gestor de confiança de Isabel dos Santos, Mário Leite da Silva; o presidente executivo do EuroBic, Teixeira dos Santos e o advogado presidente da administração da Nos, Jorge Brito Pereira**



cesso de avaliação de idoneidade a um accionista de uma instituição financeira que se revele negativo, inibir os seus direitos de voto. Isso, por sua vez, pode levar a que a pessoa ou instituição em causa acabe por vender a sua participação accionista. Para já, e de acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, não está em curso qualquer processo de avaliação de idoneidade a Isabel dos Santos. “Trabalhei sempre dentro da lei e todas as minhas transacções comerciais foram aprovadas por advogados, bancos, auditores e reguladores”, afirmou Isabel dos Santos ontem em comunicado.

#### Sonae preocupada

Jorge Brito Pereira, o advogado de Isabel dos Santos que é presidente da administração da Nos, respondeu às questões do PÚBLICO para garantir que a única relação que tem com a Matter Business Solutions foi ter recebido uma procuração para criá-la.

“Não tenho, nem nunca tive, qualquer participação nessa sociedade, nunca ocupei qualquer cargo nos seus órgãos sociais, nunca movimetei qualquer conta bancária e, em suma, nunca tive qualquer intervenção que não a de constituir formalmente a sociedade, com os poderes que me foram conferidos pela sua accionista única, no exercício da minha profissão de advogado”, frisou o responsável.

Os esclarecimentos do advogado não foram suficientes para tranquilizar a Sonae. O grupo (dono do PÚBLICO) que partilha com Isabel dos Santos o controlo da Nos (através da ZOPT) emitiu uma nota ao início da noite de ontem, assegurando que “está a acompanhar a situação com atenção e preocupação, sobretudo dadas as alusões feitas a vários membros não executivos do conselho de administração da sua participada Nos”. Além de Brito Pereira, são mencionados na *Luanda Leaks* os administradores da Nos Mário Leite da Silva e Paula Oliveira.

Segundo a Sonae, “foi desde já garantido que os órgãos competentes da sociedade estão a avaliar a situação de forma rigorosa e com sentido de urgência”. A Nos “sempre se pautou por regras de governo societário exigentes, que vêm sendo estritamente cumpridas e continuarão a sê-lo”, assegura-se.

ana.brito@publico.pt  
luis.villalobos@publico.pt

## O efeito “pé no acelerador” das primeiras revelações

### Pedro Crisóstomo

A partir do momento em que os *Luanda Leaks* escancararam à escala global as ramificações do império empresarial de Isabel dos Santos, o escrutínio internacional sobre Isabel dos Santos galgou para um patamar que dificilmente deixará indiferentes as autoridades tributárias e judiciais de alguns dos países europeus onde a filha do ex-presidente de Angola tem património pessoal e interesses empresariais.

A história de outras megafugas de informação que chegaram ao Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (CIJI) ou ao European Investigative Collaborations mostra que as autoridades acabam por seguir o rasto das revelações, trabalhando a partir de documentos (*emails*, contratos, facturas, declarações fiscais, auditorias ou actas de reuniões) que, mesmo podendo nalguns casos não constituir prova, dão pistas sobre o caminho a seguir para as obter.

Foi assim com o *Swissleaks*, os *Panama Papers*, os *Paradise Papers*, o *CumEx Files* ou *Football Leaks*, e é expectável que, também aqui, as autoridades tributárias e judiciais desencadeiem investigações criminais ou abram averiguações preventivas caso vejam indícios de branqueamento de capitais. E não só é expectável que os *Luanda Leaks* acelerem as investigações já em curso em Angola contra Isabel dos Santos por suspeitas de branqueamento de capitais, como é de admitir que se abram linhas de investigação noutros países, permitindo um reforço mútuo dessas acções, sobretudo na era em que a colaboração mútua e a troca de informação financeira e fiscal tendem a ser a regra e não a excepção.

Há um efeito de “pé no acelerador” que, ontem, já foi visível em Portugal, com a Procuradoria-Geral da República (PGR) a afirmar que dará seguimento “aos pedidos de cooperação judiciária internacional que lhe sejam dirigidos” e a garantir que olhará para as fugas que vieram a público. Em

silêncio ficou, porém, a autoridade tributária sobre se prevê lançar uma acção especial para analisar as informações publicadas pela imprensa, tal como fez por exemplo com os *Malta Files* ou os *Panama Papers*.

#### O dia seguinte

O consórcio CIJI, ao qual estão associados nestas revelações mais de 30 órgãos de comunicação social de várias línguas, incluindo o *Expresso* e a SIC, organizou uma base de dados que permite conhecer os investimentos e as empresas criadas por Isabel dos Santos e o seu círculo próximo envolvem várias geografias – de Malta ao Dubai, passando por Portugal, Suíça, Luxemburgo, Ilhas Virgens Britânicas Reino Unido ou Luxemburgo. E disponibilizou mesmo o PDF de alguns dos mais de 715 mil documentos a que teve acesso, permitindo que qualquer cidadão os possa consultar.

Em Portugal, o dia de ontem foi sintomático das mudanças que se avizinhavam. A PwC, uma das quatro maiores consultoras mundiais, veio pela manhã dizer que decidira deixar de trabalhar com as empresas controladas pela filha do ex-Presidente de Angola, anunciando ter tomado “medidas para encerrar qualquer trabalho em curso para entidades controladas por membros da família” dos Santos.

Poucas horas depois, surge o Banco de Portugal a reagir à revelação do *Expresso* e da SIC de que a conta da Sonangol no Eurobic, do qual Isabel dos Santos é accionista, fora esvaziada em menos de 24 horas (designadamente para a Matter Business Consulting DMCC, gerida pelo braço direito da empresária, Mário Leite da Silva), depois de ser noticiada a exoneração de Isabel dos Santos da liderança da petrolífera. E o próprio Eurobic, que tem como CEO o ex-ministro das Finanças Teixeira dos Santos, decidiu “encerrar a relação comercial” com as entidades controladas pela sua accionista e por “pessoas estreitamente relacionadas” com Isabel dos Santos.

pedro.crisostomo@publico.pt

incluindo aqueles relacionados com a prevenção de branqueamento de capitais, mas admite que os documentos recolhidos na investigação baptizada como *Luanda Leaks* trouxeram “elementos que até a esta data eram desconhecidos”. Como tal, o Eurobic diz que vai “solicitar a realização imediata de uma auditoria” às transferências realizadas a partir da conta da Sonangol e remeter o processo ao Banco de Portugal (BdP).

Depois de vender a sua posição no BPI, Isabel dos Santos concentrou no Eurobic (ex-BIC Portugal) os seus investimentos na área financeira em Portugal. Em 2014, Isabel dos Santos e o seu sócio Fernando Teles ficaram com a fatia do capital que era até então detida por Américo Amorim. Desde essa altura, Isabel dos Santos ficou com 42,5% do banco liderado por Teixeira dos Santos.

O PÚBLICO questionou o banco sobre quais os elementos que referiu no comunicado desconhecer até agora, quem é que vai efectuar a auditoria e quando será iniciada e quando é que vai remeter ao BdP as informações sobre as transferências Sonangol/Matter, mas ficou sem respostas

(o auditor do banco é a Deloitte). Neste rescaldo das revelações do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (CIJI, na sigla em inglês), o supervisor financeiro reagiu praticamente à mesma hora do Eurobic para assegurar oficialmente que vai avaliar o comportamento deste banco nas transferências realizadas para uma sociedade registada no Dubai em nome de um dos homens de confiança da empresária, o advogado Jorge Brito Pereira, sócio da Uría Menéndez – Proença de Carvalho.

Em comunicado, o BdP explicou que, “no que se refere às operações identificadas pela comunicação social, pediu informação ao Eurobic que permita avaliar o modo como a referida instituição analisou e deu cumprimento aos deveres a que está sujeita em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo”. Assim, “em função da avaliação da informação recebida”, o supervisor garante que vai retirar “as devidas consequências, nomeadamente em matéria prudencial e contra-ordenacional”.

De acordo com as regras em vigor, o BdP pode, na sequência de um pro-



## LUANDA LEAKS

# Investigada há mais de oito anos em Portugal em inquérito sem arguidos

Isabel dos Santos começou a ser investigada na sequência de uma queixa-crime do antigo embaixador angolano Adriano Parreira, em 2011. Ministério Público não abre qualquer inquérito na sequência das notícias divulgadas pelo *Luanda Leaks*

Mariana Oliveira

A empresária Isabel dos Santos, filha do ex-Presidente angolano e considerada a mulher mais rica de África, está a ser investigada, a par de várias figuras da elite angolana, há mais de oito anos pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal por branqueamento de capitais, num inquérito cheio de peripécias que não tem nenhum arguido constituído. Além deste caso, corre igualmente no mesmo departamento um inquérito relacionado com a apreensão de uma transferência de dez milhões de euros para a Rússia, alegadamente feita através de um testa-de-ferro de Isabel dos Santos, que foi ministro do seu pai.

As várias informações divulgadas no âmbito do caso *Luanda Leaks* não deram, no entanto, origem a qualquer nova investigação. “O Ministério Público não deixará de analisar toda a informação que tem vindo a público e de desencadear os procedimentos adequados no âmbito das suas atribuições”, assegura a Procuradoria-Geral da República, numa resposta escrita ao PÚBLICO. O Ministério Público realça que “mantém uma estreita colaboração com a sua congénere angolana”, referindo que “dará seguimento aos pedidos de cooperação judiciária internacional que lhe sejam dirigidos”.

Fonte do Ministério Público explicou ao PÚBLICO que muita da informação noticiada pelo Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação (ICIJ), que integra vários órgãos de comunicação

social, entre os quais os portugueses *Expresso* e *SIC*, o *Guardian* e o *New York Times*, diz respeito a factos que ocorreram em Angola e no Dubai, sem qualquer conexão com Portugal. Tal torna as autoridades portuguesas incompetentes para investigar os eventuais crimes em análise. Nesta situação está o alegado desvio da Sonangol, entre Maio e Novembro de 2017, quando a filha do ex-Presidente de Angola ainda estava na liderança da petrolífera estatal angolana, de, pelo menos, 115 milhões de dólares de fundos públicos para a conta de uma empresa *offshore* no Dubai, que será detida por uma amiga de Isabel dos Santos.

Sobre o facto de a conta da Sonangol no Eurobri Lisboa, banco de que Isabel dos Santos é a principal accionista, ter sido esvaziada em Novembro de 2017 (tinha 57 milhões de dólares) e ter ficado com saldo negativo no dia seguinte à demissão da empresária, o magistrado reconhece que alguns factos ocorreram em Portugal. Mas defende que para perceber se houve ou não crime as autoridades angolanas, que terão sido as prejudicadas, deveriam apresentar queixa ou pedir a cooperação de Portugal no âmbito de um processo aberto em Angola, como já aconteceu antes.

Quanto aos inquéritos que estão em curso no DCIAP, o PÚBLICO apurou que o relacionado com a transferência dos 10 milhões de euros, dinheiro que continua apreendido, terá menos de dois meses, pelo que ainda está numa fase inicial. Em causa, estão as suspeitas de branqueamento de capitais numa transferência feita por Leopoldino Fragoso Nascimento, o ex-chefe de Comuni-

cações da Presidência da República de Angola no tempo de José Eduardo dos Santos, também conhecido como general Dino, suspeito de ter sido usado como testa-de-ferro de Isabel dos Santos para transferir a verba de uma conta domiciliada no Banco Millennium-BCP em Portugal, para um banco em Moscovo em que a titular da conta é a sociedade Woromin Finance Limited.

A informação constava da decisão do Tribunal Provincial de Luanda que determinou o arresto das contas bancárias e das participações sociais em empresas, da filha de José Eduardo dos Santos, do marido desta e do empresário português Mário Leite da Silva, parceiro de negócio. Na decisão, o tribunal deu como provado que a empresária “tem tentado transferir avaliadas quantias

em euros para a Rússia a partir de Portugal por intermédio” de Leopoldino Fragoso do Nascimento.

Relativamente ao inquérito mais antigo, este resultou de uma queixa-crime apresentada em 2011 pelo antigo embaixador angolano Adriano Parreira. Este queixava-se do desvio de fundos do erário público angolano e o seu envio para Portugal. Envolvia figuras ligadas às presidências de Eduardo dos Santos, como o antigo vice-presidente Fernando da Piedade Dias dos Santos, Manuel Hélder Vieira Dias Júnior – conhecido como general Kopelipa –, ou Aguinaldo Jaime, antigo governador do Banco Nacional de Angola. Mas também nomes ligados à Presidência de João Lourenço, como Victor Fonseca Lima, nomeado pelo actual Presidente para secretário para Assuntos Diplomáticos de Cooperação Internacional ou o general Fernando Miala, que chefiou os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado.

Em Agosto de 2014, o caso foi parcialmente arquivado pelo procurador Paulo Gonçalves. No mês seguinte, contudo, acabou por ser reaberto pelo então director do DCIAP, Amadeu Guerra. A defesa do general Kopelipa recorreu para o juiz de instrução Ivo Rosa, que anulou o despacho de Amadeu Guerra e declarou nulos todos os actos praticados após a reabertura. Vários dos visados seguiram-lhe os passos, o que tornou o inquérito numa complexa teia de decisões judiciais. Relativamente ao general Kopelipa, o Tribunal da Relação de Lisboa acabou por reverter a decisão, mas tal não aconteceu com todos os suspeitos, o que fez com que o Ministério Público ficasse impedido de inves-

Fonte do Ministério Público diz que muita da informação agora revelada não tem qualquer conexão com Portugal



tigar pelo menos um dos visados. Apesar de ter perdido na Relação, o general Kopelipa recorreu para o Supremo e para o Tribunal Constitucional, o que impediu a investigação de continuar. Só o ano passado o processo regressou ao DCIAP, onde continua em investigação. Não tem arguidos constituídos. Mas é muito difícil que venha a dar frutos, já que o branqueamento de capitais implica a existência de um crime anterior, que permita comprovar a proveniência ilícita do dinheiro. Ora nestes casos, a ter existido lavagem de dinheiro, o crime anterior (que pode ser fraude fiscal, corrupção ou burla, entre outros) terá sido praticado em Angola há vários anos, o que tornará muito difícil às autoridades portuguesas identificá-lo. O mais provável é que o caso termine arquivado.

mariana.oliveira@publico.pt

**“**  
**A Procuradoria-Geral da República dará seguimento aos pedidos de cooperação judiciária internacional que lhe sejam dirigidos**

Resposta da PGR ao PÚBLICO

Público

21-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 6308 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 a 7



TOBY MELVILLE/GETTY IMAGES

## Governo português atento, BE pede acção

**T**alvez agora se perceba melhor a insistência do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal - desde pelo menos Dezembro de 2015 — de manter o melhor relacionamento possível com as autoridades angolanas; de manter o nível de relacionamento entre os dois Estados no mais alto dos patamares”. As palavras são do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, que comentou, em Bruxelas, o *Luanda Leaks*, sublinhando que “quaisquer informações que venham e que contenham indícios de natureza

criminal serão investigadas pelas autoridades judiciais”.

A mesma mensagem passou o secretário de Estado das Finanças, Ricardo Mourinho Félix. “A questão está a ser acompanhada pelos reguladores e as autoridades. O Governo está obviamente atento a algo que é relevante mas não é algo que caiba ao Governo dar resposta”, afirmou também em Bruxelas.

Já o Bloco de Esquerda, pela voz de Catarina Martins, defendeu que a justiça e o poder político portugueses também devem actuar, uma vez que a empresária angolana tem participações importantes em

grandes grupos portugueses que podem colocar em causa o seu funcionamento e teve (e continua a ter) como cúmplices a “elite do poder político e do poder económico”.

A líder realçou os avanços registados no combate à corrupção em Angola com o novo Presidente e considera que a justiça angolana está a “fazer a sua parte”. Ora, “Portugal tem também de fazer a sua parte porque o que aconteceu em Angola aconteceu com cúmplices em Portugal, e o roubo que foi feito ao povo angolano também empobreceu Portugal”.



## LUANDA LEAKS

# MP angolano vai entregar processo contra Isabel dos Santos a 1 de Março

Procurador admite emitir mandado de captura internacional se a empresária não comparecer em tribunal. Julgamento de Manuel Vicente ainda não tem data porque é processo “volumoso”

António Rodrigues

O Ministério Público (MP) angolano está preparado para entregar a acção principal do processo cível contra Isabel dos Santos, o marido Sindika Dokolo e o braço-direito Mário Leite da Silva no Tribunal Provincial de Luanda a 1 de Março, disse ao PÚBLICO o porta-voz da Procuradoria-Geral da República de Angola, Álvaro João.

Apesar de a lei angolana obrigar a um prazo máximo de 30 dias para a acção principal do processo dar entrada, a acusação beneficiou de mais tempo para a preparar devido às férias judiciais do Natal e Ano Novo. O início do julgamento vai, no entanto, depender do tribunal. “Costumam ser morosos, mas, se calhar, pela importância do caso”, podem ser mais céleres, afirmou Álvaro João.

Pelo contrário, o julgamento do ex-vice-presidente Manuel Vicente, que a justiça portuguesa transferiu para Angola, depois de ter causado problemas diplomáticos entre os dois países, ainda não tem data para começar.

O caso que envolve o antigo presidente da Sonangol (Operação Fizz), por suborno ao procurador português Orlando Figueira – condenado em primeira instância por corrupção –, “continua em análise”, explicou o porta-voz da PGR angolana. “É um processo volumoso” que “está a ser trabalhado” e ainda “não tem data” para finalizar a instrução.

Entretanto, Hélder Pitta Grós, procurador-geral angolano, ao *Expresso*, deixou no ar a possibilidade de emitir mandados de captura internacional se Isabel dos Santos não comparecer em Angola (onde não vai desde 2018) para ser ouvida pela justiça. “Nós utilizamos todos os meios que a lei nos permite”, porque “a lei dá-nos essa faculdade, caso haja um processo-crime”, mas a verdade é que ainda não existe: “Ainda estamos nesta fase de concluir o inquérito”.

O procurador, que considera fundamental a audição de Isabel dos Santos, referiu na mesma entrevista que foram feitos pedidos de colaboração internacional a Portugal, Inglaterra, Suíça e Brasil para obter informação útil para o processo.

Um sinal de que se o processo se



mantém dentro dos limites de Angola e referente apenas a uma dívida – superior a 1,1 mil milhões de dólares a duas empresas públicas, a petrolífera Sonangol e a diamantífera –, mas que poderá acabar num processo-crime e extravasar as fronteiras do país. Pitta Grós garantiu que “há factos” que a PGR considera “delitos penais” e que envolvem “gestão danosa”.

E se as afirmações do procurador não chegassem a Isabel dos Santos para mostrar que o cerco aos seus negócios e à sua actividade não vão ficar limitados a Angola muito tempo, o *Luanda Leaks* veio para demonstrar a escala transnacional a que as suas acções e as das suas empresas estarão sujeitas a partir daqui.

Com 36 órgãos de comunicação social de 20 países diferentes a publicar artigos no domingo com base em 715 mil documentos que provam a existência de transacções inexplicáveis de 115 milhões de dólares da Sonangol para empresas relacionadas com a empresária, filha de José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola durante 38 anos, o cerco a Isabel dos Santos aperta-se.

“Os papéis mostram o que temos

**“Sabemos que muitas das nossas empresas foram alvo de um hacker português, esses documentos estavam guardados e são hoje instrumentalizados para se apossarem dos nossos bens no estrangeiro”, diz Sindika Dokolo**

vindo a dizer ao longo dos anos: que Isabel é mais ladra do que empresária, mas que sempre teve cúmplices em vários países e personalidades, a começar por Portugal”, disse ao PÚBLICO Sedrick de Carvalho, activista político angolano.

A empresária voltou a defender-se algo que tem feito amiúde nestas últimas semanas, insistindo mais uma vez de que se trata “de um ataque político orquestrado e bem coordenado”, cujo objectivo seria neutralizá-la, adiantou em comunicado. “É preciso questionar: quem beneficia do crime de obtenção ilegal destes documentos?”, questiona a empresária.

Voltando a referir a possibilidade de “milhares de empregos nas empresas angolanas” de que é proprietária ou co-proprietária poderem “ser prejudicados” pelo arresto aos seus bens em nove delas, a filha de José Eduardo dos Santos garantiu que não fez investimentos “à conta dos angolanos” como o consórcio internacional de jornalistas alega, mas que recorreu a “financiamento interno e externo junto da banca comercial”.

“A actual campanha contra mim é puramente política. A economia





FERNANDO VELLIDO/INFACTOS

**Isabel dos Santos e Sindika Dokolo responderam ontem aos conteúdos divulgados pelo Luanda Leaks. Em baixo, o ex-vice-presidente angolano, Manuel Vicente, e o chefe dos serviços secretos, general Francisco Miala**



nada por Carlos Saturnino, que Isabel dos Santos despediu e João Lourenço pôs na presidência quando demitiu a filha do seu antecessor?

Ou será que foi dos serviços secretos de Angola? João Lourenço pôs o general Francisco Miala a chefiar a inteligência angolana, figura todo-poderosa durante o Governo de José Eduardo dos Santos que caiu em desgraça e chegou mesmo a cumprir pena de prisão. Miala tem informação privilegiada de muita gente poderosa no país e poderá ter sido a ele que recorreu o chefe de Estado.

Uma fonte conhecedora de Angola diz ao PÚBLICO que se a informação chegou aos jornalistas pelo Governo angolano, através dos serviços secretos, então, pelo meio, foram sonegadas provas contra outros, como, por exemplo, Manuel Vicente, alguém pelo qual João Lourenço já se bateu para salvar com todas as suas forças políticas de ser julgado em Portugal.

Sindika Dokolo apresentou ontem a sua versão em entrevista à RFI, envolvendo o hacker português Rui Pinto, actualmente acusado pelo Ministério Público português de 147 crimes, entre eles o acesso ilegal à base de dados do escritório de advogados PLMJ em 2015, que representava nessa altura Isabel dos Santos e o marido em Portugal.

“Sabemos que muitas das nossas empresas foram alvo de um hacker português, esses documentos estavam guardados e são hoje instrumentalizados para se apossarem dos nossos bens no estrangeiro”, denunciou Dokolo. Para quem “eles estão a servir-se da imprensa para manipular a opinião e os governos estrangeiros”.

Outra hipótese a não desprezar é a possibilidade de haver serviços de inteligência estrangeiros envolvidos, nomeadamente o português, que tem estado atento às acções de Isabel dos Santos e do marido. Também os serviços secretos franceses, que se mostram preocupados pela possibilidade de desestabilização na RD Congo – Sindika Dokolo, congolês, tem relações muito próximas com o Presidente Félix Tshisekedi, que lhe permitiu em Maio do ano passado regressar ao país depois do exílio de cinco anos. Dokolo contribuiu para o fim do regime de Joseph Kabila, financiando o movimento Congolais debout.

antonio.rodrigues@publico.pt

## Brasil investiga dinheiro desviado de Angola na Paraíba

António Rodrigues

A Polícia Federal (PF) do Brasil acredita que pelo menos 90 milhões de reais (19,5 milhões de euros) desviados da Sonangol foram investidos por José Carlos de Castro Paiva, homem de confiança do antigo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e da filha Isabel dos Santos, na construção de dois empreendimentos de luxo no estado brasileiro da Paraíba.

De acordo com a Agência Pública, que teve acesso ao inquérito da PF, Castro Paiva, que durante 25 anos foi director-geral da Sonangol no Reino Unido (até 2012, quando passou a administrador não executivo), não se poupou a meios para a construção do edifício Solar Tambaú (de cinco andares), na praia de Tambaú, na zona nobre da cidade de João Pessoa, e no Mussulo Beach Club, um resort de luxo no litoral sul da Paraíba.

A PF andou a investigar Castro Paiva e o rasto do dinheiro desde a inauguração do Mussulo, que terá custado 20 milhões de reais (4,3 milhões de euros) em 2009, porém, só em 2017, na inauguração do Solar Tambaú (investimento de 70 milhões de reais, 15,2 milhões de euros) é que começou a perceber de onde vinha o investimento, chegado por transferências bancárias de paraísos fiscais.

Nesse ano, munidos de um mandato de busca e apreensão, os agentes da polícia surpreenderam Castro Paiva no quarto de hotel, que lhes entregou o telemóvel, com as muitas conversas de WhatsApp que ajudaram a compor a história e a descobrir as suas relações com o ex-vice-presidente angolano Manuel Vicente, com altas figuras do Banco Angolano de Investimento (BAI), e com o português João Carlos Guerra Alves Pina Ferreira. O BAI é o primeiro banco privado angolano, detido pela Sonangol e por altas figuras ligadas ao anterior Governo. Manuel Vicente foi presidente do conselho de administração da petrolífera de 1999 a 2012.

Pina Ferreira, empreiteiro residente na Paraíba, onde é dono da GBF Empreendimentos Imobiliários, surge como sócio maioritário na Mussulo Ltda., para onde Paiva enviou o dinheiro. O empresário português é também dono da JCP Construções e Incorporações, que tem Castro Paiva no conselho de administração.

As conversas de WhatsApp também mostraram relações entre Castro Paiva e Theodore Gilletti, operador financeiro investigado pelo Senado dos EUA e que figura como sócio do BAI, com 5% do capital – de acordo com a investigação do Senado dos EUA, Castro Paiva detinha 18,5% do BAI através de várias *offshores* “de modo a não atrair atracção indesejada”. Gilletti operava nos EUA através do Standard Chartered Bank (de que a Ensa, empresa de seguros estatal angolana, detém 40%) condenado pela justiça americana a pagar 227



Castro Paiva, director-geral da Sonangol no Reino Unido durante 25 anos, tratou dos investimentos

milhões de dólares por transacções financeiras ilegais.

Também envolvido está Leonard Cathan, especialista em transacções financeiras para ocultação de património, que em 2017, junto com Castro Paiva, viu os seus documentos apreendidos pela polícia brasileira. A Mussulo Ltda. recebeu, em 2017, uma transferência de quatro milhões de dólares de uma sociedade anónima chamada Mussulo, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, através da Geneva Wealth Capital Management, de Cathan. A Geneva é apenas uma das várias empresas *offshore* de Cathan, onde se inclui o Investec Bank, registado na Maurícia, também usado por Isabel dos Santos. Segundo investigação do jornalista e activista político Rafael Marques, verbas que eram desviadas através da Sonangol no Reino Unido iam para o Investec Bank.

angolana encontra-se muito mal. Ao longo dos últimos dois anos o preço do petróleo tem sido alto, mas, apesar disso, a nossa moeda perdeu dois terços do seu valor e mais de 40% dos jovens angolanos não têm emprego”, acusa a empresária, sem referir o nome do Presidente João Lourenço.

A “guerra sem quartel” entre a família Dos Santos e João Lourenço, como lhe chamou o analista Adolfo Maria, antigo membro do MPLA, o partido no poder em Angola, de que a empresária é militante, conhece nova etapa em crescendo e que está a deixar marcas na empresária.

“Lamento que Angola tenha seguido este caminho, penso que todos temos muito a perder”, disse Isabel dos Santos em entrevista ao programa Panorama da BBC, transmitida ontem. Uma frase de duplo sentido que pode ser um sinal de que vai dar luta ou mostrar que está disposta a um acordo para evitar uma maior escalada. Até porque soa muito parecida à declaração que o ex-vice-presidente e antigo presidente da Sonangol, Manuel Vicente, disse no princípio de Janeiro ao *Expresso*: “Tenho pena que, perante o que se está a pas-

sar neste momento em Angola, ela não entenda que, nesta guerra, não haverá vencedores”.

“Não acho que esteja disposta a ceder a acordos”, afirmou Sedrick Carvalho, até porque “o MPLA (porque é sempre o partido) não tem cultura de cedências”. Para o jornalista angolano, “é capaz” até que Isabel dos Santos comece a divulgar informação para comprometer o Presidente angolano, “mas nada disso beliscará Lourenço e companhia, tal como não beliscava o pai dela quando chegava informações contra ele”.

A empresária adiantou no comunicado que irá procurar “repor a verdade dos factos” e “lutar através dos tribunais internacionais” para defender o seu “bom nome”, mas não será demasiado tarde para isso? Não estará a enfrentar um inimigo com demasiadas informações sobre os seus selhados de vidro?

### A origem dos documentos

Por exemplo, de onde vieram os 715 mil registos comerciais e financeiros confidenciais que estão na base do *Luanda Leaks*? Da administração da Sonangol, a partir da auditoria orde-